

RESUMO ALARGADO

INTRODUÇÃO

O objectivo desta dissertação consiste em demonstrar a viabilidade de utilização de edifícios de habitação pluri-familiar que se inserem num dos tipos de alojamento operário dos finais do séc.XIX e inícios do séc.XX em Lisboa - a vila operária.

Entende-se ser fundamental colocar em evidência a sua importância enquanto testemunho histórico e urbanístico do crescimento da cidade e enquanto marco de vivências sociais específicas.

Como forma de enquadrar o objecto de estudo, procedeu-se a uma breve caracterização da situação geral actual das vilas operárias na cidade de Lisboa, com vista a oferecer alguns dados sobre a sua localização e forma de inserção na estrutura urbana. Recorre-se portanto à observação *in loco* e ao levantamento/identificação genéricos de vários exemplos com vista à elaboração de fichas (do tipo catálogo) e à recolha de registos fotográficos e de ordem empírica, capazes de ilustrar a situação actual do objecto de estudo.

Conclui-se-á que grande parte corresponde a zonas urbanas expectantes (nos casos do Vale de Chelas e do Vale de Alcântara), conotadas ainda com o período da Industrialização, e a graves situações de degradação e de desajuste urbano e construtivo, que obrigam a repensar a sua capacidade de sobrevivência e de adaptabilidade face às exigências habitacionais contemporâneas. Este assunto, dada a sua significativa abrangência, constitui neste trabalho apenas uma breve constatação, cujo interesse poderá aliciar outros desenvolvimentos futuros no âmbito do tema das vilas operárias.

As primeiras abordagens teóricas, com base crítica, sobre o tema das vilas operárias em Lisboa, datam dos anos de 1978/79 e correspondem a dois estudos independentes realizados por Maria João Madeira Rodrigues e por Nuno Teotónio Pereira. São descritos os seus aspectos genéticos e o seu processo evolutivo. As várias tipologias da vila operária são apresentadas de forma sistemática através de levantamento fotográfico. Estes foram os ensaios pioneiros, contendo as primeiras análises histórico-arquitectónicas, realizadas por arquitectos, sobre o tema. Teresa Barata Salgueiro (1981) distingue, no território físico da cidade de Lisboa, algumas concentrações importantes, do tipo vila, associadas à questão do espaço de habitar em proximidade ao espaço de trabalho e à ideia da segregação social do espaço urbano.

Em 1988, é tornado público o “Estudo dos Pátios e Vilas de Lisboa”, Proposta Conjunta da Direcção dos Serviços de Habitação e do Gabinete de Estudos Olissiponenses, que consiste num projecto de estudo dos pátios e vilas de Lisboa traduzido numa abordagem interdisciplinar – a História, a Arquitectura e a Sociologia – com o objectivo de conhecer, o mais claramente possível, a situação real de tais situações urbanas, e apresentar assim linhas orientadoras e de actuação para a salvaguarda de casos a preservar. Esta iniciativa (acção-piloto de responsabilidade municipal, que na década seguinte iria dar origem ao processo de classificação de vários

imóveis/conjuntos com interesse social e patrimonial e a um conjunto de intervenções públicas e particulares com incentivos públicos) teve como principal intuito sensibilizar, informar e incentivar outras instituições estatais e privadas na salvaguarda destes conjuntos/imóveis, procurando valorizá-los e contrariar o quadro de degradação então registado.

Em 1993, o Núcleo de Reabilitação Urbana elabora o Plano de Pormenor e Salvaguarda : Pátios e Vilas, constituindo-se, deste modo, o ponto de partida para as várias iniciativas de intervenção que decorreriam durante uma década. As primeiras funcionariam como modelos teórico-práticos para a reabilitação urbana generalizada destes conjuntos, procedendo-se, para esse fim, à divulgação de alguns exemplos considerados notáveis dentro das limitações existentes.

Este foi o período, até hoje, no qual se debateu a questão da reabilitação destes conjuntos específicos. Desde as várias iniciativas municipais, algumas delas publicadas e tornadas acessíveis, até às referências de âmbito jornalístico em notícias e reportagens de sensibilização, o tema não conheceu outros desenvolvimentos. Desde então, verificam-se somente referências dispersas, de índole descritiva, que se baseiam essencialmente nas conclusões ensaiadas por Pereira e Buarque e por Maria João Madeira, em textos de carácter histórico-urbanístico que teorizam a evolução urbana e/ou construção da cidade de Lisboa, durante a época da Industrialização.

É, portanto, de significativa importância, referir que não existem até à contemporaneidade quaisquer estudos ou abordagens no domínio da análise e avaliação da organização espacial e das exigências funcionais associadas, aplicadas especificamente a este tipo de alojamento – a vila operária de Lisboa.

DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO

Assiste-se, no período compreendido entre a década de 60 do século XIX e a primeira década do século seguinte, a um crescimento muito significativo da população da cidade de Lisboa. Este fenómeno, relacionado com o período da Industrialização em Portugal e mais estreitamente com a dinâmica sócio-económica em ascensão da sua capital, viria, por necessidade imediata, a traduzir-se na intensificação do processo de urbanização da cidade.

O surto demográfico, que conhece dois períodos – um, entre 1864 e 1878, e outro já na década de 90 – tem na sua base, por um lado, a crença nos benefícios proporcionados pelo processo de Industrialização ou a expulsão directa do campo, e por outro, o incremento então verificado ao nível das obras públicas e da construção civil, que viria a justificar uma crescente necessidade de mão-de-obra.

O afluxo populacional e o crescimento simultâneo das classes médias vêm irremediavelmente traduzir-se no aumento das necessidades de alojamento dentro da cidade, aspecto este que viria, mais tarde, favorecer um grande conjunto de oportunidades para o investimento lucrativo na área da construção.

Assiste-se ao crescimento tentacular da cidade e à alteração da sua paisagem urbana, tornando-se possível identificar os principais núcleos da Industrialização. Ao longo do Tejo, o Porto de Lisboa – zona industrial por excelência – e na Boavista, as fundições. Na zona oriental da cidade – Beato e Xabregas -, a predominância dos armazéns e das moagens, e por sua vez, na zona ocidental – Alcântara – as fábricas.

As providências a tomar pelos organismos administrativos em relação à falta de alojamento não se dirigiam de forma equitativa e suficiente a toda a estrutura social.

Nesta época, existiam claramente duas realidades distintas na cidade de Lisboa. Se por um lado a Cidade Burguesa, associada ao crescimento para Norte e à proliferação dos prédios de rendimento (alojamentos burgueses) que conhece o seu apogeu na viragem do século, é valorizada pelo Estado que lhe fornece as infra-estruturas, por outro, a Cidade Capitalista, do alojamento operário, sente a falta de apoio oficial para responder às dificuldades das populações empobrecidas no que diz respeito à habitação (Salgueiro, 1981).

Sendo clara a ausência de um plano global para a expansão da cidade a ser criado pelo Governo, especificamente pelo Ministério das Obras Públicas, seria o Município a gerir as obras da urbe. Contudo, atendendo à falta de recursos orçamentais do primeiro e às limitações do segundo, seriam irremediavelmente criadas, pela própria legislação, condições para as iniciativas de construção privadas, particulares ou colectivas, favorecendo-se, deste modo, a formação de diversas companhias construtoras e uma conseqüente situação de autoprogramação de zonas pontuais. É neste contexto que, apesar de surgirem ainda, paralelamente a esta situação, algumas tentativas de iniciativa camarária na formulação de bairros destinados a este estrato específico da população, seriam os particulares e as cooperativas, relacionadas em grande parte dos casos com as unidades fabris, a resolver minimamente esta questão.

Sem apoios oficiais de alternativa e obviamente sem capacidade económica para habitar os novos bairros da Estefânia, Campo de Ourique, Camões, a Avenida Almirante Reis ou as Avenidas Novas, que constituíam as verdadeiras e significativas transformações urbanísticas na cidade, seria, numa primeira fase, a própria população operária a resolver pelos seus próprios meios o défice de alojamento criando condições de assumida precariedade, seguindo-se as iniciativas privadas, as sociedades cooperativas, e, só muito tardiamente, com a 1ª República, surgiriam os bairros sociais cuja construção seria oficialmente lançada pelo Estado, embora muitos deles apenas se concretizem já durante o Estado-Novo.

Os tipos habitacionais resultantes deste período da História da Cidade, normalmente compreendido pelos teóricos entre 1870 e 1950 e que respeita à habitação, especificamente ao alojamento operário da cidade industrial, são o Pátio, a Vila operária e o Bairro Social.

Tendo em consideração o contexto que lhes deu origem, e o modo de certa forma lento e não focalizado com que evoluíram, torna-se importante mencionar o facto de nem sempre ser possível dissociar com exactidão estas formas de edificação, que pela sua génese, representam estádios de evolução e condições embrionárias nas relações que estabelecem entre si. É no entanto possível isolar segundo um tipo a maior parte dos conjuntos identificados como tal, desde que nas bases da respectiva caracterização sejam tidos em consideração factores decisivos como a

morfologia (que inclui a forma de agrupamento e as características formais e construtivas), a localização enquanto factor da proximidade às zonas industriais/comerciais de produção, e a origem da iniciativa de construção.

O Pátio surge numa primeira fase, posto o problema da falta de habitação para uma população sem recursos, como uma forma de habitação ou núcleo habitacional precário associado a espaços residuais de construções pré-existentes (desde palácios desocupados em ruínas de uma nobreza decadente, espaços conventuais de ordens religiosas extintas, a edifícios com caves e logradouros insalubres), mediante o pagamento de uma renda mínima ao proprietário.

Com o movimento despoletado sobretudo pelo Inquérito Industrial de 1881 e pelas correntes com preocupações higienistas em ascensão, o pátio tende a, embora morosamente, ser substituído por um modelo de alojamento teoricamente mais adequado – a **vila operária**.

Na sua diversidade, tem-se como um papel fundamental, senão mesmo decisivo, a origem, também esta de ordem diversa, das iniciativas que permitiram concretizar este género de construções. Distinguem-se as iniciativas particulares, as iniciativas de empresas construtoras, e as iniciativas levadas a cabo pelas unidades fabris ou comerciais, algumas destas de carácter marcadamente filantrópico. As iniciativas que se enquadram neste último género procuravam, através da edificação de tipologias habitacionais simples e modulares, implementar padrões de comodidade expressamente inovadoras para a época. Opondo-se ao aspecto caótico do urbanismo operário, a sua organização espacial é pensada à imagem do próprio modelo da estrutura social da fábrica, distinguindo, através da diferenciação construtiva segundo parâmetros funcionais e arquitectónicos, o pessoal dos quadros e os operários.

A distinção das várias tipologias dentro da vila operária permite reconhecer e identificar um conjunto vasto de configurações diversificadas e entender com clareza as condicionantes que lhes deram origem e que possibilitaram a evolução de formas que eram inicialmente desqualificadas e isentas de qualquer interesse, para formas mais elaboradas, portadoras até de alguns traços pioneiros no que respeita a determinados aspectos construtivos e até espaciais. Com base no trabalho de Pereira (1979), distinguem-se as vilas que acompanham a via pública (em correnteza), as vilas que formam pátio, as vilas construídas atrás de edifícios, as vilas formando rua, as vilas de escala urbana, as vilas ou bairros operários e económicos, que podem estar ou não directamente ligadas à produção.

Em síntese, as vilas operárias são conjuntos dissimulados no tecido da cidade, na medida em que, por norma, ocupam espaços não edificados no interior de quarteirões, procurando estrategicamente rentabilizá-los. Ocupando as traseiras dos edifícios de rua, com passagem entalada ou em arco ou em arco aberto nas fachadas dos mesmos, ou conformando ruas particulares, são dificilmente perceptíveis a partir das ruas principais. Destinadas à habitação arrendada a baixo custo ou até mesmo sem custo para famílias com fracos recursos, excepcionalmente à residência de algumas famílias oriundas da pequena burguesia ou burguesia proletarizada (já no início do séc. XX), a sua construção, ela própria necessariamente económica, é simples, utiliza materiais baratos e baseia-se numa estrutura modular, permitindo deste modo uma densidade de ocupação relativamente elevada e de fácil extensão. Numa limitada parcela de

terreno, pretende oferecer o maior número de fogos, recorrendo a áreas mínimas. Materializa-se numa estrutura edificada constituída por edifícios de pequena cércea que normalmente se desenvolvem em piso térreo ou acrescidos de um piso elevado, por vezes atingindo um segundo, dispondo-se em torno de um espaço comum, de carácter induzidamente privado, em pátio ou em rua.

A localização dos principais núcleos de vilas operárias aproxima a habitação ao local de trabalho, concentrando em si duas das funções da cidade – o Trabalho e o Alojamento (Pereira, 1993).

Desde os primeiros casos que se constituíram como acções piloto lançadas pela própria C.M.L., às situações que, pressionadas por interesses imobiliários, resultaram na demolição ou na transformação de alguns conjuntos, dominaram sobretudo as intervenções de vulto, traduzidas em preocupações essenciais com as necessidades básicas de habitabilidade e também com aspectos de ordem estética. São superficialmente abordadas, como exemplos de referência, as intervenções na Vila Paulo e na Vila Gomes (de iniciativa camarária), na Vila Bagatela (de iniciativa imobiliária privada) e numa habitação particular da Vila Grandela (de iniciativa particular).

Não faz parte do objectivo da presente dissertação analisar formas de intervir sobre este tipo de conjuntos urbanos sob o o ponto de vista da sua reinserção no tecido urbano da cidade. Efectivamente, pretende-se identificar a situação actual do espaço habitacional oferecido, caracterizá-lo sob o ponto de vista da sua evolução funcional, e concluir sobre as condições de habitabilidade que este pode ou não oferecer às famílias contemporâneas.

O estudo de caso escolhido para este efeito – a Vila Berta, localizada na freguesia da Graça – contempla a análise de seis fogos distintos.

A Vila Berta, construída por Joaquim Francisco Tojal, por volta de 1908/10, é especificamente edificada para a sua família, parentes e amigos próximos. A excepção verifica-se nas habitações em cave sob os edifícios de rés-do-chão e primeiro piso, construídas para alojar os operários e mestres do estaleiro de construção Tojal (marceneiros, canalizadores, pedreiros, etc.), instalado nos terrenos contíguos, a Nascente. Dadas as suas características, físicas (insere-se no grupo tipológico das vilas que formam rua, esta, privada e encerrada em ambos os topos) e sociais, contempla uma rede de vizinhança profundamente íntima e coesa.

Actualmente, a estrutura populacional que habita a Vila verifica uma significativa heterogeneidade. Com regimes de ocupação que comportam situações de habitação própria ou arrendada, acolhe desde indivíduos provenientes do interior do país que aqui se instalaram no período pós-revolução (anos 70), indivíduos de nacionalidade estrangeira com habitação arrendada, a outros que, pertencendo às últimas gerações da família Tojal, ou permaneceram, ou retornaram às origens, adaptando, na generalidade dos casos, a estrutura espacial interior das habitações às exigências de habitabilidade contemporâneas.

Morfológicamente, é constituída por duas bandas de edifícios em correnteza, de tipologia distinta. A rua relaciona-se com uma cércea de dois pisos (térreo mais um piso elevado) nos

edifícios a nascente, e três pisos (térreo mais dois pisos elevados) nos edifícios a poente, sendo que estes se encontram implantados a uma cota superior à do nível do espaço público que lhes dá acesso.

A estratégia de investigação adoptada inclui a caracterização do espaço habitacional e a identificação das alterações espaciais e construtivas introduzidas nas habitações. Através da compreensão da organização espacial dos fogos e da sua relação com as actividades domésticas associadas, no projecto original e na situação actual, é então possível concluir sobre a evolução dos modos de habitar e sobre a forma como estes se adaptam a estruturas pré-existentes. Por outro lado, identifica-se a forma como estas estruturas se adequam à solicitações do habitar contemporâneo. Para esse efeito, considera-se a aferição do grau de satisfação dos próprios utilizadores, em relação à sua residência e à envolvente próxima.

Este processo envolveu vários instrumentos de recolha e tratamento de informação (Fichas de Caracterização dos Edifícios, dos Fogos e dos Casos de Estudo) e métodos de análise adequados (Modelo de Análise Sintática).

CONCLUSÕES

Conclui-se ser possível delinear uma inércia evolutiva generalizada a todas as habitações, que procurou responder ao problema central destas – a inexistência, no projecto original, de instalações sanitárias. A gaiuta precária e a pia de despejos subjacente deram lugar a pequenas marquises que surgiram, de forma mais ou menos regrada nuns casos, e noutros de forma totalmente espontânea, sobre o alçado tardoz dos conjuntos, justificando mais tarde, já na última década do séc. XX, uma tentativa (parcialmente concretizada) de uniformização da imagem posterior do conjunto. De referir que à Vila Berta estiveram sempre associadas preocupações relativas à manutenção da traça original, dos aspectos estéticos e construtivos do invólucro edificado, que lhe atribuem genuinidade e originalidade dentro do tecido urbano da cidade de Lisboa e em comparação com outras construções da mesma época.

A generalização dos resultados tem em consideração as limitações de ordem temporal e oficial da amostra, que contempla apenas seis casos de estudo. No entanto, sublinhe-se o facto de esta constituir um grupo bastante diversificado no que respeita às soluções de intervenção adoptadas.

As alterações identificadas nas habitações nem sempre correspondem às alterações realizadas pelo actual morador. Estas, cujo período de vida útil abrange já cerca de uma centena de anos, foram sofrendo, conforme as necessidades daqueles que as ocuparam, transformações de ordem diversa, desde a colocação de estores exteriores em detrimento das portadas interiores em madeira, substituição de caixilharias, dos pavimentos e revestimentos de madeira originais, até à demolição/construção pontual de paredes divisórias interiores, alteração/ampliação do alçado e zonas posteriores, e ainda o encerramento, abertura ou alteração de vãos.

Quanto às obras realizadas pelos actuais moradores, contemplam-se na generalidade dos casos a substituição das redes de abastecimento de água, gas e esgotos, a manutenção, implicando tratamento e pintura, de caixilharias, portas interiores (e também de entrada no fogo), pavimentos e revestimentos de madeira. A substituição dos revestimentos dos pavimentos e/ou paredes respeitam à remodelação das instalações sanitárias e das cozinhas.

Relativamente às alterações com maior grau de importância, i. e., cujas consequências se manifestam ao nível do espaço e da utilização funcional deste, identificam-se o encerramento de vãos de porta, como forma de reduzir o extremo grau de acessibilidade dos compartimentos originais, a demolição de paredes divisórias interiores como forma de fundir e desse modo ampliar espaços e sistemas de actividades domésticas, e a abertura ou realocação de vãos interiores quando a reorganização e reconfiguração destes assim o justifique e quando se pretenda redistribuir os percursos dentro do sistema espacial global. A construção de paredes divisórias verificadas nalguns casos, permitiu individualizar espaços e ganhar vários compartimentos, de circulação/separação, de higiene pessoal, para trabalhar, estar ou de arrumos.

As fachadas e vãos respectivos não sofreram alterações.

São de referir os casos de apropriação parcial de fogo contíguo e de fusão entre pisos, com o objectivo de incrementar a área disponível e/ou o número de compartimentos da habitação original ou de transformar a própria tipologia programática.

A substituição da gaiuta e conseqüente ampliação do perímetro original da habitação permitiu a construção de instalações sanitárias e/ou zonas para o tratamento de roupa, em prolongamento com o espaço da cozinha. A extensão desta ampliação até aos limites do fogo vizinho, possibilitou aumentar o espaço disponível para zonas mais amplas de dormir+vestir e de estar+jantar (sala comum). Nos casos que registam a localização da i.s. na zona posterior da casa, acessível pela cozinha, verifica-se uma certa desarticulação funcional entre esta e os espaços de dormir, privados, que normalmente se voltam para a ala principal (em contacto com a rua).

A construção de instalação sanitária em compartimento interior do fogo possibilita a obtenção de mais espaço para higiene pessoal, numa melhor articulação e mais adequada relação de proximidade com os quartos de dormir.

A ocupação do sótão, é adoptada, ou apenas parcialmente para zona de arrumos, acessível através de alçapão, ou totalmente como zona de estar habitável (e também de arrumos), acessível através de escada interior.

A evolução das tendências domésticas que aqui se regista, embora apenas em alguns casos, prende-se com a tentativa de isolar os sectores domésticos público, privado e de serviços, quando possível, através de espaços mediadores/de separação, tornar mais amplos os quartos de dormir que englobam em si próprios zonas de vestir, as instalações sanitárias (nalguns casos), e as zonas comuns, sociais, de convívio, do espaço doméstico. Na generalidade, assiste-se à fusão do espaço isolado de jantar, destinado às refeições formais ou também correntes, com o espaço isolado de estar/reunir e receber. O resultado é um espaço sempre mais amplo, que promove simultaneidade ao nível das actividades domésticas em grupo, e desse modo, novas relações

físicas e visuais entre os elementos constituintes da família e/ou entre estes – residentes - e os visitantes.

A avaliação da situação actual ao nível das exigências de habitabilidade procurou ainda explorar o grau de satisfação manifestado pelos utilizadores, em relação não só à residência, como também ao edifício, à rua e ao bairro onde habitam.

Os principais problemas, ou aspectos menos positivos, registados ao nível da residência prendem-se com o comportamento térmico e acústico dos edifícios. O dimensionamento dos compartimentos (que nalguns casos representam já ampliações) e a relação quantitativa destes com a área útil total do fogo são considerados suficientes para os agregados ou estruturas familiares (normalmente de pequena dimensão) que os habitam. Como aspectos positivos, identificam-se a implantação Nascente/Poente do conjunto, que torna possível o processo de ventilação cruzada do fogo e também boas condições de orientação solar e de iluminação dos espaços confinantes com as fachadas.

A componente estética/visual do conjunto edificado (Vila Berta) é apontada como atributo de interesse e de valorização, capaz de anular alguns aspectos menos positivos das residências e dos próprios edifícios.

Os principais problemas dos edifícios respeitam ao dimensionamento das zonas comuns que limita o acesso a pessoas portadoras de deficiência física (em cadeira-de-rodas) ou em estado de doença (transportadas em maca).

Quanto à rua, são de referir o défice de lugares de estacionamento para os residentes da Vila e o dificultado acesso pedonal a pessoas portadoras de deficiência motora pelo declive acentuado das ruas que lhe dão acesso em ambos os topos.

A população residente encontra-se bem servida em termos de comércio/lojas de proximidade, equipamentos colectivos (escolas e igrejas) e também de certa forma, de espaços públicos ao ar livre, de encontro (Largo da Graça e miradouros da Senhora do Monte e da Graça).

Em síntese, conclui-se que a generalidade das intervenções incide sobre a ampliação de espaços cujas dimensões se consideram insuficientes face às actuais exigências espaciais da habitação, a reorganização e redistribuição das actividades domésticas dentro do fogo original, e nalguns casos, sobre a necessidade de incremento da área útil e do número de divisões disponíveis, de modo a responder a um programa habitacional mais exigente.